



Área 2: Economia Regional e Agrícola

FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERMUNICIPAIS: UMA ANÁLISE PARA A REGIÃO NORDESTE DE NO PERÍODO DE 2005-2010.

Gabriel Elias Reinaldo. Graduado em Economia (URCA). Concluinte do Curso de Especialização em Gestão Empresarial (URCA). Rua Cel. Antônio Luiz, 1161 – Pimenta – Crato (CE). gabrielelias263@hotmail.com. (88) 3521-0918.

Wellington Ribeiro Justo. Professor Associado do Curso de Economia da URCA e Professor do PPGECON (UFPE-CAA). Doutor em Economia pelo PIMES-UFPE. Rua Nelson Alencar, 490 – Centro – Crato (CE). (81) 98811-0852. justowr@yahoo.com.br

FLUXOS MIGRATÓRIOS INTERMUNICIPAIS: UMA ANÁLISE PARA A REGIÃO NORDESTE DE NO PERÍODE 2005-2010.

RESUMO

Buscou-se neste trabalho encontrar evidências sobre os determinantes da dinâmica dos fluxos migratórios intermunicipais na região Nordeste, utilizando como base os microdados disponibilizados pelo Censo de 2010, utilizando um universo de 171 municípios com pelo menos 50 mil habitantes. Identificou-se o perfil, quantificaram-se os fluxos e os determinantes da migração. Os resultados apontam para o migrante com o perfil: indivíduos predominantemente do sexo feminino, com idade em média de 33 anos, pardos, sabem ler e com níveis de escolaridades situados na faixa do fundamental incompleto e médio completo, solteiro, possuem filhos, são oriundos do meio urbano. Já quanto à atividade ocupada se concentra no comércio, empregados com carteira, possuem uma renda média aproximadamente de R\$1.090,76. Já para os não migrantes esse perfil se repete, exceto, para a idade que é em média próxima aos 37 anos, quanto a escolaridade, verifica-se maiores quantidades nos sem instrução e fundamental incompleto, maiores volumes em atividades relacionadas à agricultura e com uma renda média próxima de R\$838,32. Quanto à mensuração dos fluxos quando se analisa pela maior taxa líquida migratória positiva destaca-se Morada Nova no Ceará 5,30% e Parnamirim no Rio Grande do Norte 11,94% com a maior taxa negativa. A estimação da equação minceriana ampliada para o salário apontou que o migrante apresenta um diferencial positivo em comparação ao não migrante e que atributos pessoais e características do mercado de trabalho são importantes na explicação do salário. Os resultados dos determinantes da migração intermunicipal apontaram que os migrantes tendem a migrar para municípios mais urbanizados, próximos às capitais e renda esperada mais elevada. Encontrou-se também efeito das amenidades locais nestes fluxos.

Palavras Chaves: migração, nordeste, perfil, fluxos e determinantes.

Abstract

We attempted to find evidence in this study of the determinants of the dynamics of migration flows inter municipal in the Northeast, using as a basis the microdata provided by the 2010 Census, using a universe of 171 municipalities with at least 50,000 inhabitants. The profile is quantified flows and the determinants of migration were identified. The results point to the migrant to the profile: individuals predominantly female, aged on average 33 years, browns, read and educational background levels situated in the range of incomplete primary and secondary full, single, have children, are from the urban environment. As for the busy activity focuses on trade, registered workers, have an average income of approximately R \$ 1,090.76. As for non-migrants this profile is repeated, except for the age that is on average close to 37 years, in relation to education, there is greater amounts in uneducated and incomplete elementary, higher volumes in activities related to agriculture and a next average income of R \$ 838.32. As for the measurement of flow when analyzing the highest positive net migration rate stands out Morada Nova in Ceará 5.30% and Parnamirim in Rio Grande do Norte 11.94% with the highest negative rate. The estimation of expanded mincerian equation for the salary pointed out that the migrant has a positive differential compared to non-migrant and personal attributes and characteristics of the labor market are important in salary explanation. The results of the determinants of inter-migration showed that migrants tend to migrate to more urbanized, close to the capital and higher expected income municipalities. He met also effect the local amenities in these flows.

Keywords: Migration; Northeast, Profile, Flows; Determinants.

JEL: J1; J11; J31

1. INTRODUÇÃO

É fato que os fluxos migratórios regionais e interestaduais no Brasil se intensificam a partir da segunda metade do século XX, mais precisamente nas décadas de 1960 e 1970, ambos para atender as demandas de forças crescentes que se expandiam as fronteiras agrícolas e também a elevada demanda de mão de obra no setor industrial que passava por fortes investimentos de capital produtivo neste setor da economia (MARTINE; ALVES 2011).

A região Sudeste foi a que mais atraiu migrantes de todas as demais regiões do país devido ao fato da enorme concentração de capital que predominava nesta região e que demandava grande quantidade de mão de obra, atraindo de certa forma esses migrantes. Ao contrário, a região Nordeste foi a que mais enviou migrante a esta região a procura de empregos, principalmente na indústria (CANO, 2008).

Segundo Cano (2008), a década de 1980, foi a década perdida para a economia brasileira devido a déficits crescentes, elevação inflacionária e uma série de políticas adotadas para tentar ajustar a economia passa a afetar a dinâmica dos fluxos migratórios causando efeitos também na década seguinte.

Justo *et al* (2010) apontam que em fins da última década do século passado, a dinâmica dos fluxos migratórios retomam uma nova configuração, ganhando destaque a migração de retorno, ou seja, os migrantes que saíram para outras regiões estão retornando a sua região de origem. O Nordeste como o grande emissor de migrantes, passa agora a receptor seus migrantes.

Então, o que passa a ser visto é uma dinâmica diferente daquelas analisadas em décadas anteriores. Pois, como sugere Justo (2010), a nova conjuntura econômica brasileira mostra-se marcada por uma redução na intervenção do estado na economia e uma maior atuação do setor privado alocado em vários setores, possibilitando a possíveis mudanças na demanda no mercado por mão de obra. Haja vista, a ocorrência dessas mudanças tende a esses termos: locais ou valorização de características observáveis, cujo, educação e experiência. Para tanto, acrescenta que essas mudanças podem ter contribuído para significativas modificações no perfil do migrante ao comparar o migrante do início deste século com aquele das últimas décadas do século XX, devido a possibilidade de melhores salários pagos frente às características observáveis.

Trabalhar com os dados mais recentes disponíveis para estudo de migração intermunicipal é relevante haja vista que pode ajudar na compreensão destes movimentos migratórios e na adoção de políticas públicas. Esta é uma das contribuições do artigo.

Diante da possibilidade de uma nova dinâmica migratória pretende-se responder a seguinte questão: quais foram os principais determinantes que proporcionaram a dinâmica nos fluxos migratórios intermunicipais no Nordeste no período 2005 a 2010? O Objetivo do trabalho é identificar os principais determinantes dos fluxos migratórios intermunicipais no Nordeste brasileiro no período de 2005 a 2010. O trabalho também busca identificar o perfil do migrante intermunicipal neste período bem como mensurar os fluxos migratórios intermunicipais.

Além desta introdução o artigo está dividido em 5 seções além desta introdução. Na segunda seção faz-se uma revisão da literatura. A terceira seção traz o modelo teórico. Na

seção seguinte apresenta-se a metodologia. Na quinta seção discutem-se os resultados e a última seção traz as conclusões.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O fenômeno migratório brasileiro, ou seja, os denominados deslocamentos populacionais no território nacional ao longo dessas últimas décadas tende por um conjunto de distintas questões conjunturais históricas no cenário político, econômico e social do país. Nesse cenário, na década de 1970, os fluxos migratórios são observados por duas dimensões complementares: a inter-regional e a rural-urbana. De um lado, uma força caminhava a medida que as fronteiras agrícolas se expandiam, as chamadas forças centrífugas, e a outra, as forças centrípetas, convergia nos grandes aglomerados urbanos, fazendo surgir o desenvolvimento de distintas regiões (PACHECO e PATARRA, 1997) *apud* (JUSTO, 2010).

A princípio do século passado a população brasileira era quase praticamente residentes rurais, nas cidades residiam apenas uma pequena parcela. Com o passar dos anos, com modelo de reestruturação produtiva no país fez com que a população passassem a preferir áreas urbanas. Em meados da década de 1960, 50% da população total residiam nas cidades, atingindo em 2000 e 2010, respectivamente, 80 e 84,4% desse pessoal. Uma das explicações para esse fenômeno que inverteu a população entre os espaços foi o processo de industrialização acompanhado com as migrações internas e a urbanização (MARTINE, ALVES, 2011).

Braga (2011), expressa que ao decorrer do século XX tanto a migração internacional como a interna foram importantes nas configurações dos espaços no território nacional e que estes promoveram o desenvolvimento das forças de trabalho do rural e o urbano e que posteriormente dado o modelo de desenvolvimento desigual da indústria as migrações internas passam a tomarem forças e destacarem na nova reestrutura da economia de base agro-exportadora para urbano-industrial.

Nesse sentido, Queiroz e Santos (2011) afirmam que na década de 1980, a dinâmica migratória brasileira é marcada por intensas modificações que vem passando no cenário internacional e que afeta fortemente o cenário nacional.

Antico (1997) descreve que a redistribuição dos fluxos migratórios na década de 1980, se configura as margens dos grandes centros urbanos, haja vista processos correlacionados tanto a industrialização quanto a alta inflação que afetava a política econômica, sobretudo, mostrando novas formas para explicar as transformações nos processos produtivos quanto ao comportamento da dinâmica populacional.

Nessa perspectiva, em um caso específico como o Brasil para o comportamento da dinâmica populacional Myrdal (1972) *apud* Queiroz e Santos (2011, p. 2) sugerem:

[...] que a dinâmica demográfica de um país, particularmente as migrações internas, tem como origem as desigualdades regionais. Assim, os fluxos migratórios tendem a acompanhar as transformações na sua dinâmica econômica, visto que, de modo geral, ocorre grande tendência dos migrantes deslocarem-se em busca de emprego nas regiões mais industrializadas e/ou desenvolvidas do país, diante das desigualdades regionais que caracterizam o processo de desenvolvimento capitalista.

Por outro lado, Segundo Justo (2010) contrapondo-se à conjuntura econômica da década de 80, a década de 90 é marcada pelo fortalecimento do processo de abertura comercial, privatização de estatais, desregulamentação do mercado financeiro, de capitais, de produto e de trabalho que, novamente, parecem ter importantes reflexos na migração.

Segundo Baeninger (2011), no início desse século 21, os fenômenos migratórios internos brasileiros tomam novos espaços tornando-se ainda mais complexos ao se comparar

aos deslocamentos analisados em décadas passadas. O que a autora coloca são redefinições ainda incompletas dadas à complexidade no estudo desses fenômenos, ou seja, que não há mais um novo padrão ao compará-los aos deslocamentos analisados em décadas passadas, haja vista a possíveis mudanças na conjuntura econômica, assim expõe:

O contexto atual da economia e da reestruturação produtiva, em anos recentes, induziu um novo dinamismo às migrações no Brasil, onde os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas – que pode ser mesmo o próprio local de origem antes do próximo refluxo para o último destino –, onde as migrações assumem um caráter mais reversíveis (Domenach e Picouet, 1990) do que nas explicações que nos pautávamos até o final do século 20. Essa reversibilidade diz respeito tanto às áreas de origem, com um crescente vai-e-vem, como às de destino, com o incremento da migração de retorno (BAENINGER, 2011, p.34).

Nas últimas duas décadas após um longo período de estabilização do controle inflacionário e a retomada da ação de políticas regionais, notadamente por meio de ações dos governantes estaduais por meio da guerra fiscal e de efeitos de ações de políticas sociais do governo federal que tem um componente regional, outras dimensões da migração têm ganhado força.

Em leitura de Singer (1980), Dantes (2013) encontra evidências que as migrações são influenciadas pela dinâmica produtiva e que esta tende a determinar no deslocamento de pessoas de sua origem a procura de oportunidades de emprego em outras regiões. Complementa com outros fatores que explicam determinantes da migração como o modelo “*push and pull*”. Este modelo determina que os fatores “*push*” fazem os indivíduos se deslocarem a procura de melhores condições de trabalho ao perceberem que o local a qual se destinam oferece melhores qualidades de vida que na sua atual residência; já os fatores “*pull*” são influenciados pelas as qualidades de atração do local de destino.

Segundo Justo (2006) a magnitude dos fluxos populacionais varia entre os países. Na Rússia, a taxa de migração anual era de 1,5% no período 1989-1999, dentro do grupo étnico “russo”, (Locher, 2002). Na Espanha, segundo Antolin e Bover (1997), considerando apenas migrante masculino entre 18 e 65 anos a taxa de migração era de 0,3% no período 1987-1991.

A despeito da queda da taxa de migração interestadual no Brasil nas últimas décadas como pode ser vista na tabela 1, ainda assim tem-se um grande fluxo de migrantes interestaduais. Com base nos microdados censitário de 2010, por exemplo, observa-se que entre 2005 e 2010 a mobilidade interestadual foi de 24,3 para cada mil habitantes enquanto no período de 1995 a 2000 este mesmo indicador era de 30,6.

Tabela 1 - Saldo migratório segundo as Macrorregiões - períodos 1995/2000 e 2005/2010

Unidades da Federação	Saldo Migratório	
	1995/2000	2005/2010
Centro-Oeste	261971	262809
Nordeste	-764047	-701078
Norte	72497	36482
Sudeste	458587	325495
Sul	-19195	76294
Brasil (fluxo migratório)	5196093	4643754

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Microdados do Censo Demográfico de 2010.

Em termos macrorregionais, a Região Norte apresentou queda no volume total de migrantes. No Nordeste destacaram-se os estados do Piauí, Ceará, e Rio Grande do Norte que mudaram de patamar em termos de fluxos migratórios. O Piauí passa de média para baixa

evasão; O Ceará passa de baixa evasão para rotatividade migratória e finalmente o Rio Grande do Norte de área de baixa absorção para rotatividade migratória¹.

Com base no Censo 2010, a região Sudeste, contudo, destacou-se como a macrorregião de maior fluxo migratório. São Paulo manteve fluxo migratório positivo embora cada vez menor e Minas Gerais reduziu bastante o saldo migratório negativo quando comparado ao quinquênio anterior. A região Sul foi a que mais apresentou elevação no saldo migratório entre 2005 e 2010 puxado pelo acréscimo elevado do saldo migratório positivo de Santa Catarina.

Finalmente no Centro-Oeste o saldo migratório permaneceu praticamente constante neste período. Contudo, dentro dos fluxos migratórios, os migrantes de retorno ao contrário da migração total, vêm apresentando elevação nas últimas décadas (IBGE, 2010).

Entre 1995 e 2000 o total de retornados foi de aproximadamente 1.144.000 enquanto no período 2005-2010 estes passaram para aproximadamente 999.658, representando aproximadamente 22% e 21,5% do total de migrantes. Diferentemente da migração total, o Nordeste se destaca com o maior volume na atração de migração de retorno (IBGE, 2010).

Ainda conforme o IBGE (2010) assim como a migração de retorno, a migração internacional apesar de relativamente representar pouco na migração total vem apresentando crescimento significativo no período recente. Entre 1995 e 2000, aproximadamente 143 mil estrangeiros passaram a residir no Brasil. Já entre 2005 e 2010 este número passou para aproximadamente 268 mil. O Sudeste é a macrorregião que mais recebe este fluxo de migrantes.

Estes números apontam para importância de uma análise da migração interna brasileira em uma configuração bastante diferente daquelas verificadas em décadas anteriores, onde é descrita nas seguintes palavras:

As reconfigurações nas migrações no Brasil, quanto a origens, destinos, duração e grupos que migram, estão exigindo uma revisão das perspectivas teóricas, assim como das tipologias - migrações nacionais, internacionais, definitivas, de retorno, sazonais, temporárias, rurais urbanas, que foram formuladas, principalmente, nas décadas de 1960 e 1970. Há um esforço considerável de pesquisadores no sentido de compreender as novas características dos processos migratórios e suas repercussões em termos da construção das categorias e conceitos (BRITO, 2009; SILVA; MENEZES, 2006; ALMEIDA; BAENINGER, 2011) *apud* (MENEZES, 2012, p.23).

Nessa perspectiva, os fluxos migratórios brasileiro é possível analisar com um olhar mais específico e desagregado quanto a atuação do Estado na promoção de desenvolvimento regional, assim como explicita (CARVALHO, 2007) *apud* (JUSTO *et al*, 2009, p.111):

No Brasil estudos evidenciam as disparidades regionais macrorregionais, estaduais e com menor ênfase, municipais e reforçam a necessidade de um olhar mais desagregado. No mesmo instante, que não se pode pensar nos municípios como único, tem-se o desafio de tratar os semelhantes de forma semelhante e os desiguais de forma desigual no que se refere à atuação do Estado na promoção do desenvolvimento regional.

¹ O Índice de Eficácia Migratória - IEM é a razão entre o saldo migratório e o volume total de migrantes (imigrantes mais emigrantes), variando entre -1 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior a capacidade de absorção de população. Ao contrário, quando o indicador for próximo de - 1, significa maior evasão populacional, e em torno de zero há um indicativo de rotatividade migratória, o que aponta para um equilíbrio entre imigrantes e emigrantes (IBGE, 2012).

2.1 Evidências de fluxos migratórios intermunicipais no Nordeste

A dinâmica dos fluxos migratórios está correlacionada com a dinâmica do capital e com as fronteiras agrícolas. No Brasil, as áreas aonde prevalecem as fortes concentrações de capital foram as que mais atraíram e as que mais atraem os fluxos de migrantes do país, especialmente, na migração urbana-urbana (CANO 2008; MARTINE; ALVES; SAMPAIO 2011).

Com a desconcentração produtiva do capital para as demais regiões do território levou consigo a dispersão dos fluxos populacionais a procura de novas oportunidades que este capital oferecia, motivando no migrante a perspectiva de uma melhor qualidade de vida. No entanto, um conjunto de fatores contribuiu para uma nova dinâmica dos fluxos migratórios como expressa Cano:

Na década de 1980, com a crise, os fatores de atração nas áreas receptoras diminuíram sensivelmente ao mesmo tempo que, nas áreas tradicionalmente expulsadoras, alguns fatos também colaboraram para a diminuição dos fluxos de saída: secas menos intensas no Nordeste; elevadas desconcentrações produtivas ocorridas nas décadas de 1970 e 1980; aumento da taxa de urbanização na periferia nacional; forte aumento regional do emprego público; aumento da crise social e da violência em São Paulo e Rio de Janeiro (CANO, 2008, p.194).

Verifica-se que a partir da década de 80 visualizam-se sensíveis diferenças nos destinos dos fluxos migratórios urbanos, fato que pode estar correlacionado com as transformações econômicas e sociais que passou o país e que indiretamente prejudicou a expectativa do migrante em relação a esses centros, direcionando-os sensivelmente a outros destinos onde haja um maior nível de investimentos e que há necessidade de contratação de mão-de-obra.

Conforme Brasil (2011) a região Nordeste é beneficiada nesta última década com algumas transformações sociais, o melhoramento de sua economia local, com maiores investimentos públicos e privados, política de valorização do salário mínimo, aplicação de programas sociais e que é possível constatar que diante dessas transformações associadas a outras variáveis tenham contribuído para o retorno de fluxos de migrantes para as suas origens e que tenda a influenciar na escolha de novos destinos. Para Justo (2010) o somatório dessas ações elevou a oferta de emprego na região, notadamente em alguns municípios. Isso afetou não somente o fluxo migratório de retorno como a saída de migrantes.

Fato importante dos deslocamentos populacionais na região Nordeste é o seu desfavorecimento climático em boa parte da região e alta concentração de terras nas mãos de elites locais fato este que prejudica o mercado de trabalho agrícola dispersando mão de obra ociosa para os centros urbanos (GASPAR, 2003; SAMPAIO, 2011).

Há poucos estudos sobre a migração intermunicipal no Nordeste que explore e analise o fluxo e os determinantes desse tipo de migrante nessa região. Segundo Galgher (2006), com um estudo feito para todo o universo dos municípios demonstra evidências da migração intermunicipais para todo o país. A distribuição desses fluxos para todas as regiões é melhor visualizada na figura 1 de forma suavizada³. O relevo vermelho representa as áreas de maiores atração e azul de expulsão.

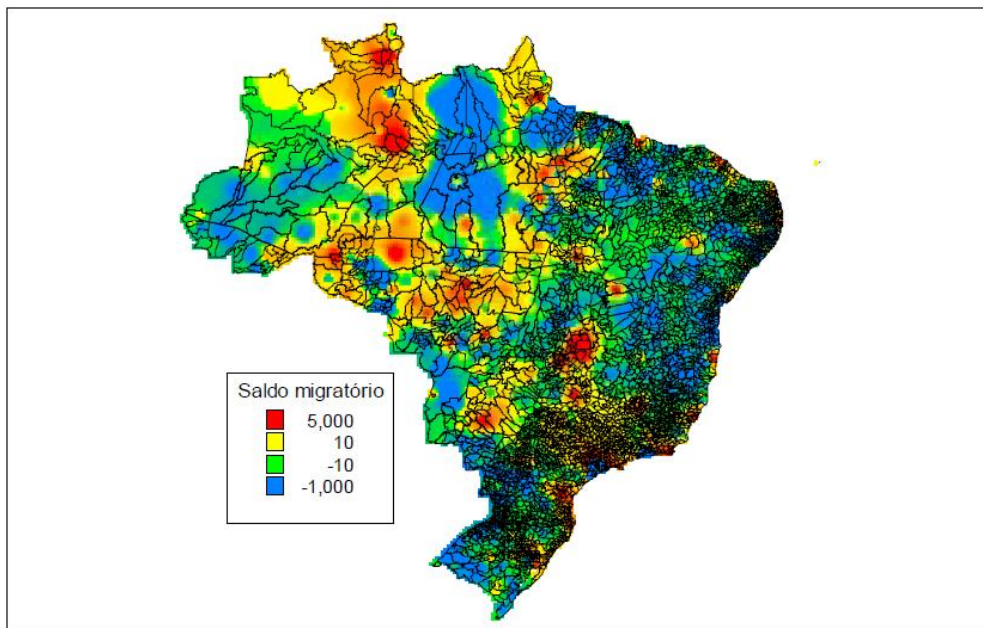
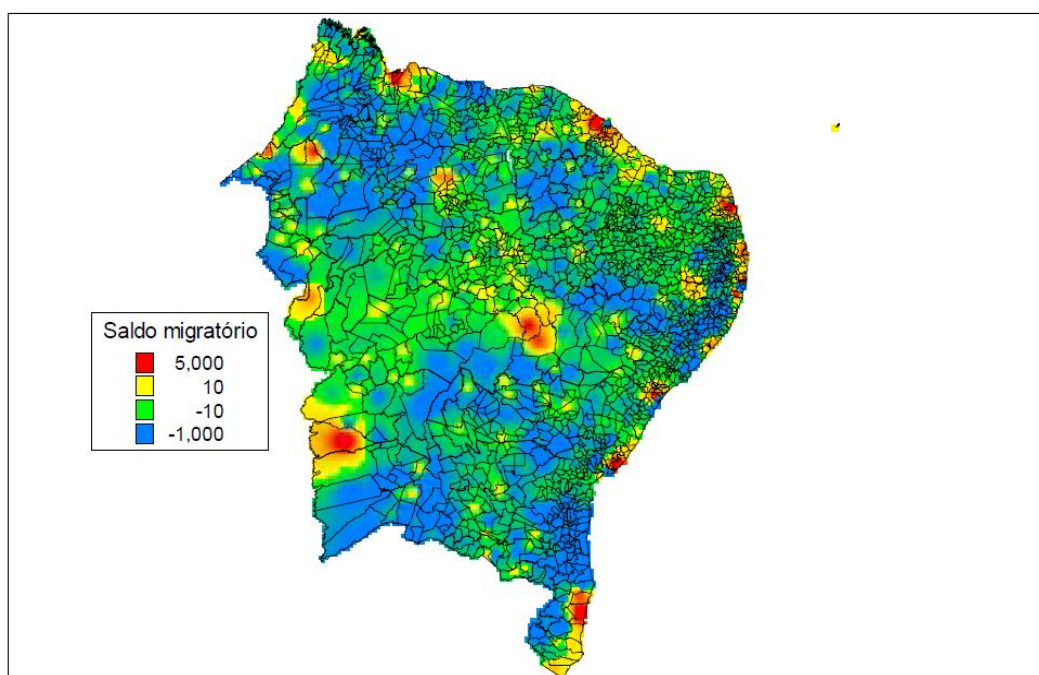


Figura 1 – Saldo de migrantes intermunicipais por município no Brasil “suavizados” – 1995/2000.
Fonte: FIBEGE (2000) *Apud* GOLGHER (2006).

Pela figura 1 o foco são os municípios de todas as regiões do país, onde ilustra todo o universo municipal para o Brasil demonstrando a localização dos municípios de forte influência tanto da atração como de expulsão de migrantes intermunicipais. Nota-se que essa influência presencia-se nos municípios localizados em áreas metropolitanas e de pólos agroindustriais. Tendo destaque as regiões Sudeste e Centro-Oeste e Norte. Já a região Sul e a Nordeste com pequenas áreas de atração. É notável que todas essas áreas estejam favorecidas pelo capital produtivo e que propõem expectativas para o migrante.

Ao analisar a região Nordeste, Golgher (2006) demonstra na figura 2 essa região com todos os municípios e os seus respectivos focos de atração e expulsão do migrante intermunicipal distribuídos de forma suavizada, visualizando possíveis evidências dos fluxos migratórios internos entre os municípios. Lembrando-se que este trabalho terá como foco os municípios nordestinos com pelo menos 50 mil habitantes.



Fonte: FIBEGE, 2000 *Apud* GOLGHER, 2006

Figura 2 – Saldo de migrantes intermunicipais “suavizados” por município: Nordeste do Brasil 1995/2000.

Fonte: FIBEGE (2000) *Apud* GOLGHER (2006).

Enfatizando a região Nordeste, contudo, observa-se na figura 2 que, quase em todas as suas capitais e em seus entornos há fortes atrações de migrantes. Segundo Golgher (2006), as áreas de fortes atrações de migrantes na região não são extensas, mas apresenta microrregiões aos arredores dos centros urbanos e apresentam seus saldos migratórios positivos. Ainda ele acrescenta:

[...] as periferias de muitas das capitais como Salvador, Aracajú, Recife, Natal e Fortaleza, os municípios e as áreas em torno de São Luiz e de João Pessoa. Além dessas, três outras áreas de absorção são verificadas na Bahia/Pernambuco: uma no município de Barreiras, no oeste da Bahia; outra no sul da Bahia, desde Santa Cruz de Cabrália até Mucuri; e uma terceira em Juazeiro/Petrolina e entorno (GOLGHER, 2006, p.26).

Percebe-se, pois, ao comparar as figura 1 e 2 que há uma similaridade entre os fluxos migratórios para o Nordeste e as demais regiões brasileiras. Dito de outra forma, há concentração de migração nas áreas metropolitanas e nos maiores centros urbanos.

Segundo Ramalho (2006), em um estudo sobre os principais determinantes do comportamento do migrante intermunicipal e estadual no nordeste, sugere as seguintes especificidades:

“(...) alto diferencial de renda e oportunidades de emprego tem sido, em média, o destino preferencial dos migrantes. O melhor acesso aos mercados potenciais, seja de consumo, serviços ou de trabalho, está diretamente associado a economias urbanizadas e com aglomeração de atividades e pessoas. (...) A alta exposição costeira, assim como a baixa desigualdade/pobreza e criminalidade parecem atuar como força de atração migratória nos municípios. Outro fator importante é o papel da proximidade geográfica. A migração intermunicipal geralmente é tida como uma movimentação de curta distância” (RAMALHO, 2006, p.21).

Portanto, a redistribuição da população no território brasileiro será marcada pela dinâmica produtiva, onde a indústria ofertará emprego independente onde se localize, seja nas metrópoles do Sudeste ou Nordeste, dispersando um fluxo migratório a procura de empregos conforme a demanda das indústrias e pelas oscilações do mercado nacional e internacional (BAENINGER, PERES, 2011).

3.MODELO TEÓRICO

Estudos sobre migração vêm ganhando espaço na produção acadêmica nesses últimos tempos. Estudos sobre este fenômeno passaram a ser vistos de maneira mais cautelosa a partir dos séculos XIX e XX com as históricas transformações ocorridas no processo produtivo que proporcionou grandes mudanças em âmbito econômico e social.

Com essas transformações ocorridas no meio econômico e social a migração passa a ser observada com mais rigor científico observando os fluxos de pessoas tanto interno quanto em uma visão internacional. Com o objetivo de conhecer esse fenômeno que engrandeciam a frente das grandes transformações socioeconômicas, pesquisadores da área passam a desenvolver modelos que absorvam esses deslocamentos e expliquem as causas desses fluxos populacionais (GREEWOOD; HUNT; 2003) *apud* JUSTO (2008).

Ao fazerem uma leitura de Greenwood e Hunt (2003), Justo (2010), Ferreira (2010) *et al* apontam que o artigo de Revestien (1880), traz o primeiro estudo científico sobre a migração interna. Afirmam que com a disponibilidade de dados serem limitadas havia certa acomodação para um estudo mais eficiente e de forma mais precisa. Somente a partir da década de 60 do século passado os modelos empíricos ganham formalizações e passam a estudar a migração através de dados quantitativos.

Em estudos elaborados por Greenwood e Hunt (2003), Justo (2008) constata que a urbanização foi um fenômeno importante para despertar dos estudiosos interesses sobre a migração, fato este que decola a partir de 1930, período em que os fluxos populacionais se movimentam do meio rural para o urbano.

Estudos de grande contribuição sobre a literatura foi o de Thomas (1938). Em seu trabalho demonstra um rico estudo desse fenômeno explorando vários países, tendo destaques a Inglaterra e EUA, em que incorpora em seu trabalho componentes demográficos como características pessoais e geográficas para uma melhor percepção dos fenômenos migratórios (JUSTO, 2008).

Segundo Justo (2008), na literatura há vários modelos empíricos que tratam a respeito dos fluxos migratórios, dentre os consagrados na literatura internacional e consagrados como clássicos pode-se destacar: Harris e Todaro (1970), Chiswick (1999), Borjas (1987), Kartz e Stark (1987) e Heitmueller (2003). Segundo o autor, respectivamente, o modelo de Harris-Todaro tem a aplicabilidade apropriada para absorver os fluxos migratórios através de dados agregados. Concedendo-lhe a aplicabilidade do modelo, centra-se:

No primeiro modelo apresentado, Harri-Todaro (1970) é mais apropriado para tratar a migração com dados agregados e que tem um dos apelos econômicos e intuitivos a migração pelo o diferencial de renda entre as regiões, ponderada pela a probabilidade de encontrar emprego no local de destino (JUSTO, 2008, p.27).

Já ao que atribui aos demais modelos ele especifica:

[...] são modelos mais apropriados para tratar a migração a partir de microdados. Estes modelos baseiam-se na teoria de capital humano para explicar a migração, ou seja, apoiam-se no princípio da maximização da utilidade dos indivíduos. [...], estes modelos buscam apreender a importância das características pessoais observáveis e não observáveis na decisão de migração o que, possivelmente poderá refletir nos padrões de migração, notadamente possibilitando a seleção dos migrantes (JUSTO, 2008, p.28).

Com base nesses modelos será mostrado a seguir alguns que estudam a migração em virtude deste trabalho utilizar base de dados com esta configuração. Pois, lembrando-se que a base de dados da pesquisa centra-se em microdados municipais.

4.1 A modelagem empírica no estudo da migração

4.1.1 O modelo de Chiswick

Com o objetivo de apreender os comportamentos dos fluxos migratórios nesta seção baseia-se fortemente em Justo (2008) para apontar especificidades no campo da migração que influenciam na decisão dos migrantes de se deslocarem de um lugar para outro. Um dos argumentos fundamentais da teoria neoclássica seria o comportamento maximizador de utilidade intertemporal do migrante, mas que outras variáveis também são de porte relevante para dar suporte teórico e empírico como: idade, nível de instrução educacional, pobreza, raça, expectativa de renda, status do emprego, entre outras.

A modelagem empírica de Chiswick (1999) é uma das ferramentas que utiliza-se das variáveis explicitadas acima para estudar uma das linhas do campo migratório. Segundo Justo (2008) o modelo baseia-se no de Jaastad (1962)² onde este levanta a hipótese de que a migração é focada como investimento por parte do migrante e desenvolve o modelo que apreende os fluxos migratórios baseado no capital humano da seguinte forma:

$$r = \frac{W_b - W_a}{C_f + C_d} \quad (1)$$

onde W_b e W_a representam a diferença de rendimentos no destino e na origem, respectivamente, C_f assumem os custos de oportunidade e C_d os custos monetários.

Assume-se a existência de dois tipos de trabalhadores no mercado: um com alta qualificação representada por (r_h) e o de baixa por (r_1).

De forma inicial, seja na origem ou destino, assume-se que os mais qualificados ganham 100k por cento a mais que os trabalhadores com baixa qualificação. Segue-se:

$$W_{b,h} = (1 + K)W_{b,1} \quad (2)$$

$$W_{a,h} = (1 + K)W_{a,1} \quad (3)$$

Descreve-se que para a eficiência da migração tanto para os qualificados como para os de baixa qualificação os custos monetários não variam com a migração, mas ao comparar com o custo de oportunidade é maior para os mais qualificados na mesma proporção em que diferem os rendimentos, então para os custos pode-se dizer que $C_{d,h} = C_{d,1}$ e $C_{f,h} = (1 + K)C_{f,1}$.

Assim, descreve;

$$r_h = \frac{W_{b,1} - W_{a,1}}{C_{f,1} + \frac{C_d}{(1 + K)}} \quad (4)$$

$$r_1 = \frac{W_{b,1} - W_{a,1}}{C_{f,1} + C_d} \quad (5)$$

Ao comparar a relação entre as equações 4 e 5, denota-se que $r_h > r_1$ considerando que os rendimentos dos mais qualificados elevam-se com o nível de qualificação. Isso dará um maior fluxo de migrante daqueles com o nível de qualificação mais elevado indicando uma positividade seletiva migratória. Mas, se K e C_d forem iguais a zero não haverá a seletividade, pois a seletividade estar relacionada com os custos monetários, ou seja, maior custo maior será a seletividade.

² A modelagem aqui referida baseia-se em Justo (2008). Ver “migração e teoria econômica neoclássica”.

Segundo Justo (2008), Chiswick estende o seu modelo ao considerar a existência migratória por parte dos mais qualificados, onde pode ser formalizada da seguinte maneira: a) que essa eficiência pode ser vista através de uma menor necessidade de tempo por parte do migrante qualificado, que é resultado do produto do custo de oportunidade das unidades de tempo entre o destino e a origem, ou seja, $t_h < t_1$; b) os custos monetários com a migração pelos mais qualificados são eficientes também, devido a $C_{d,h} < C_{d,1}$. Assim, assume-se que $C_{d,h} = (1+\lambda)C_{d,1}$ sendo como parâmetro de eficiência $\lambda < 0$.

Unindo as duas condições o autor dispõe de duas possibilidades:

$$r_h = \frac{W_{b,1} - W_{a,1}}{t_h W_{a,1} + \frac{C_{d,1}(1+\lambda)}{(1+K)}} \quad (6)$$

$$r_1 = \frac{W_{b,1} - W_{a,1}}{t_1 W_{a,1} + C_d} \quad (7)$$

Com as equações 6 e 7 verifica-se que há seletividade positiva na migração com as seguintes condições: $r_h > r_1$; $t_h < t_1$; $\lambda < 0$.

Ainda Justo (2008) complementa que Chiswick estende o seu modelo ainda mais ao comparar que há diferenças salariais entre países, pois $\frac{W_{b,h}}{W_{b,1}} \neq \frac{W_{a,h}}{W_{a,1}}$. Os custos monetários com a migração são ($C_d = 0$) e que a qualificação não afeta a eficiência por via de tempo de migração ($t_h = t_1$)

$$r_1 = \frac{W_{b,1} - W_{a,1}}{t W_{h,a}} = \frac{1}{t} \left(\frac{W_{b,1}}{W_{a,1}} - 1 \right) \quad (8)$$

$$r_h = \frac{W_{b,h} - W_{a,h}}{t W_{a,h}} = \frac{1}{t} \left(\frac{W_{b,h}}{W_{a,h}} - 1 \right) \quad (9)$$

O modelo determina que o incentivo a migração esteja relacionado com a razão entre os salários no destino e na origem. E, se a razão entre os salários forem iguais entre os mais qualificados e os menos qualificados, não existirá seletividade e a taxa de retorno será a mesma. Já se haver diferenças salariais entre regiões para os níveis de qualificação $\frac{W_b}{W_a}$, então ocorrerá seletividade positiva com relação aos maiores incentivos por parte dos migrantes mais qualificados (JUSTO, 2008).

Portanto, conforme Justo (2008), o modelo buscou demonstrar a seletividade do migrante através dos níveis de qualificação, demonstrando que o mercado remunera melhor este tipo de migrante e que estes indivíduos através da razão de salários entre as regiões apresentam ser mais eficientes.

4.1.2. O modelo de Borjas

Em função da endogeneidade na decisão de migrar, Borjas (1987), desenvolve um modelo que analisa os diferenciais de renda da população imigrante com a população nativa. Estudos empíricos comprovam que mesmo com o mesmo nível de qualificação tanto do imigrante com do nativo o rendimento varia a depender do país e de políticas públicas e das condições favorável da economia no momento da migração (JUSTO, 2008).

No modelo idealiza dois países e que identifica como o de origem “0” e o de destino “1”. De início, descreve-os os rendimentos para cada trabalhador do país de origem distribuídos da seguinte forma:

$$1_n W_0 = \mu_0 + \varepsilon_0 \quad (10)$$

E os rendimentos do país “1” seguem-se;

$$1_n W_1 = \mu_1 + \varepsilon_1 \quad (11)$$

Onde $\varepsilon_1 \sim N(0, \sigma_1^2)$ e ε_0 e ε_1 tem coeficiente de correlação ρ .

Justo (2008) sugere que a função de migração é representada pela expressão:

$$I = \ln [W_1/W_0 - C] \approx \mu_1 - \mu_0 - \pi + (\varepsilon_1 - \varepsilon_0) \text{ onde :}$$

- C custos de mobilidade;
- $\pi = C/W_0$

Quando se assume que os custos de mobilidade (π) é constante e invariável para os indivíduos do país de origem a migração acontece quando a função de decisão de migração assumir valor maior que zero e a taxa de emigração do país de origem demonstrar uma maior probabilidade de retorno e diferir entre destino e origem que é dada por:

$$P = P_r [v > -\mu_1 - \mu_0 - \pi] = 1 - \Phi(Z) \quad (12)$$

Define-se $v = \varepsilon_1 - \varepsilon_0$ e $Z = \frac{\mu_1 - \mu_0 - \pi}{\sigma_v}$ e Φ representa uma função de distribuição de uma normal padrão.

O autor coloca que uma das especificidades do modelo de Borjas é fazer uma verificação identificando a esperança média do trabalho entre os países de origem e destino através do logaritmo dos mesmos, contextualizando que a melhor decisão de migrar é quando $I > 0$. Para isto, dedica-se para a construção do cálculo da esperança através do logaritmo da renda para o migrante tanto do país de origem “0”, quanto para o país de destino “1”. Não expondo aqui ao detalhamento para chegar-se a esperança do logaritmo da renda o autor chega a seguinte conclusão que é expressa da seguinte maneira³:

$$E(\ln W_0 / I > 0) = \mu_0 + \sigma_0 \frac{\rho \sigma_0 \sigma_1}{\sigma_v} - \frac{\sigma_0^2}{\sigma_0} \lambda = \mu_0 + \sigma_0 \frac{\sigma_0 \sigma_1}{\sigma_v} \rho - \frac{\sigma_0^2}{\sigma_1} \lambda \quad (13)$$

Onde ; $\lambda = E(v/v > Z)$ e tem relação inversa com a taxa de emigração indicando que enquanto existir pessoas no país de origem e que consideram lucrativo permanecê-lo será positivo.

Para o migrante do país “1”, de forma semelhante é calculada a esperança da renda do trabalho no país de origem, onde é dada por:

$$E(\ln W_1 / I > 0) = \mu_1 + \frac{\mu_0 \mu_1^2}{\sigma_v} \frac{\sigma_1}{\sigma_0} - \lambda \rho \quad (14)$$

Busca-se ainda fazer a relação entre renda média e renda esperada do migrante e chegar às conclusões: o migrante com renda média esperada maior que a média serão considerados positivos e seletivos em relação a migração; inversamente, os migrantes abaixo da renda média serão negativamente selecionados.

Então, define-se:

$$Q_0 = E(\ln W_0 / I > 0) - \mu_0 = \frac{\mu_0 \mu_1^2}{\sigma_v} \rho - \frac{\sigma_0}{\sigma_1} \lambda \quad (15)$$

$$Q_1 = E(\ln W_1 / I > 0) - \mu_1 = \frac{\mu_0 \mu_1^2}{\sigma_v} \frac{\sigma_1}{\sigma_0} - \lambda \rho \quad (16)$$

Conforme as duas equações 15 e 16 o autor aponta possibilidades de três situações do fluxo migratório.

Primeira;

$$Q_0 > 0 \text{ e } Q_1 > 0 \Leftrightarrow \rho > \frac{\sigma_0}{\sigma_1}$$

Nessa primeira possibilidade, os migrantes positivamente selecionados são aqueles cujo o rendimento médio for acima da média, tanto para o país de “origem” como para o de “destino”, se, e somente se, apresentarem entre os dois países elevada correlação entre a

³ Para ver maiores detalhes ver Justo (2008).

qualificação e exista uma maior dispersão da renda dos trabalhadores no país “1” em comparativo ao país “0” (JUSTO, 2008).

Segunda;

$$Q_0 < 0 \text{ e } Q_1 < 0 \Leftrightarrow \rho > \frac{\sigma_1}{\sigma_0}$$

O que difere da primeira é que em vez do migrante ser positivamente selecionado, será negativamente selecionado em função do rendimento médio ser abaixo da média, apresentar correlação favoravelmente elevada e uma menor dispersão da renda entre seus trabalhadores, comprando ao país de origem.

Terceira;

$$Q_0 < 0 \text{ e } Q_1 > 0 \Leftrightarrow \rho < \min \frac{\sigma_1}{\sigma_2}; \frac{\sigma_0}{\sigma_1}$$

Portanto, quando Borjas (1987) *apud* Justo (2008) analisa a terceira possibilidade caracteriza o migrante como “refugiado” ao passo que esses apresentam rendimentos acima da média tanto no país de “origem” como no de “destino”, dada a ocorrência da correlação ser muito baixa e negativa.

Conclui-se que o modelo estar voltado a analisar as diferenças de rendimento entre a população imigrante e nativa, a qualidade destes migrantes a direção e o tamanho dos fluxos, mais para isto utiliza-se da razão das variâncias dos rendimentos dos trabalhadores de “0” e “1” e da razão entre as médias dos trabalhadores dos dois países (JUSTO, 2008).

4. METODOLOGIA

A região Nordeste é a terceira maior região do país em território abrangendo nove estados dentro do seu espaço: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Possui uma população de mais de 53 milhões de habitantes o que equivale 28% da população do país. Possuía uma economia extremamente agrícola e recentemente passa a ter uma economia diversificada baseada no consumo e que vem sustentando o seu crescimento com uma significativa participação de 13% no PIB nacional. Em contraste, a região ainda continua sendo uma das mais pobres do país devido a forte concentração de renda nos grandes centros urbanos, apresentando insatisfatórios índices de desenvolvimento humano (FRANCISCO, 2013).

A área de estudo será a região Nordeste brasileiro, abrangendo todos os seus estados. Para realização da pesquisa a fonte básica são dados secundários, onde serão utilizados os microdados do Censo Demográfico de 2010. Para tanto, será feito um recorte populacional haja vista que serão analisados os fluxos migratórios intermunicipais abrangendo os municípios com população com pelo menos 50 mil habitantes.

5.1 O perfil do migrante intermunicipal na região Nordeste

Para atingir o primeiro objetivo de determinação do perfil do migrante, baseia-se em Justo *et al* (2007), onde serão seguidas três etapas: primeiro separadamente para o Censo de 2010, parte-se de análises bivariadas, onde a variável de maior interesse é a condição de migrante. É feito um teste de comparação de proporções. Especificamente, para os grupos de migrantes e não migrantes são comparadas as seguintes características: município de origem, município de residência, características pessoais (sexo, idade, raça, escolaridade), de localização (urbana, rural), de ocupação (posição na ocupação, ramos de atividade, renda).

Na segunda etapa, através de análise multivariada, são utilizadas análises de regressões novamente para o censo de 2010, com o intuito de determinar se, de fato, o migrante é positivamente selecionado. As regressões a serem utilizadas, podem ser representadas, condensadamente, por meio da seguinte equação minceriana (1974) ampliada,

onde esta equação tem como objetivo medir os determinantes do salário hora, expressa da seguinte forma:

$$\ln y_{it} = \alpha_i + X_{it} + \beta_t + n_{it} \gamma_t + \varepsilon_{it}, \quad (17)$$

Onde de acordo com o autor o subscrito i corresponde a uma observação da amostra do censo t , y representa o salário hora do indivíduo, sendo este calculado com base na renda real corrigido pelo INPC relativo ao mês de janeiro de 2015, X corresponde a um vetor de características (controles) com variáveis de características pessoais, de mercado de trabalho e de localização; n corresponde a uma variável *dummy* para a condição de migrante que assume valores 1 e 0, respectivamente, para a condição de migrante e não migrante, com a finalidade de ver o efeito da migração no salário hora; ε representa um termo estocástico e α e β correspondem a parâmetros a serem estimados. A partir desta forma funcional, o valor do coeficiente associado à *dummy* de migrante/não migrante apreende que, mesmo após a utilização de controles para características individuais que afetam a renda do indivíduo, existem características não observáveis que torna o migrante diferente do não migrante, com respeito à produtividade ou a capacidade de obter renda. A estimação da equação para o ano censitário considerado na pesquisa permite comparar potenciais diferenças na migração ao longo do tempo. A estimação será levada a efeito para todo o universo de migrante a ser estudado na pesquisa.

Na terceira etapa será levada a efeito a construção de uma matriz de fluxos migratórios (origem-destino) intermunicipal da região. O migrante para esta proposta é definido como um indivíduo cuja unidade geográfica de residência é diferente da unidade geográfica de origem.

Será considerado, também, o perfil do migrante intermunicipal em um intervalo de idade 18 a 65 anos. Neste caso, o migrante é definido como sendo um indivíduo que migrou de um município para outro considerando a localização de residência e da origem. Esta análise é feita da seguinte forma: compara-se o perfil do migrante e não migrante nos municípios considerados, levando em consideração as características: pessoais (sexo, raça, escolaridade), locais (urbana, rural), de mercado de trabalho (atividade, formalidade, setor de atividade) e renda.

5.2 Mensurações dos fluxos migratórios intermunicipais de 2005 a 2010.

Segundo Justo *et al* (2009), para chegar ao segundo objetivo será construída uma matriz de migração intermunicipal dos anos 2005 à 2010 que compreende 171 municípios. Ou seja, será construída uma matriz da seguinte forma:

$$A = \begin{pmatrix} a_{11} & \cdots & a_{1j} \\ \vdots & \ddots & \vdots \\ a_{j1} & \cdots & a_{jj} \end{pmatrix}$$

a_{ij} = saída do migrante do município i para o município j

$$\sum_{i=1}^{171} a_{1j} = \text{total de pessoas que emigram (saída) do município 1}$$

$$\sum_{i=1}^{171} a_{i1} = \text{total de pessoas que imigram (entrada) para o município 1}$$

$$a_{11} = a_{22} = a_{33} = \cdots = a_{jj} = 0$$

Com esta matriz, segundo Justo, Ferreira, *et al* (2010) pode-se observar duas possibilidades de mensuração dos fluxos migratórios intermunicipais: a primeira, possibilita identificar os municípios que mais emitem e atraem migrantes e a segunda, a possibilidade de calcular a taxa líquida de migração entre os municípios.

5.3 Determinantes da Migração intermunicipal

Para atingir o terceiro objetivo do trabalho, a obtenção dos determinantes da migração a dimensão espacial e as possíveis variações intertemporais, será realizada a seguinte etapa. Primeiro, tratando dos determinantes da migração, a dimensão espacial é levada a efeito uma vez que é razoável supor que o fluxo migratório para um determinado município seja afetado pelo desempenho das referidas unidades geográficas que estejam próximas a eles. No caso específico de crescimento econômico, Magalhães *et al* (2000), Silveira Neto (2001) encontraram evidências de dependência espacial entre os estados. Justo *et al* (2010), por sua vez evidencia a dependência espacial entre municípios, quando considerada a questão da convergência de renda. A modelagem econométrica das relações espaciais entre unidades geográficas é tratada por meio da estimação de modelos econométricos considerando os efeitos de dependência espacial, mais especificamente, a autocorrelação espacial e heterogeneidade espacial. Dada a natureza especial destes efeitos, estes podem ser tratados usando a metodologia desenvolvida no campo da econometria espacial. É estimada uma regressão que têm como variável dependente o saldo líquido migratório da unidade geográfica considerada para esta etapa, quais sejam, os municípios, e são consideradas as amenidades locais⁴.

A estratégia da análise é identificar os efeitos espaciais a despeito da heterogeneidade dos municípios. Os dados de criminalidade são obtidos do DATASUS, os dados do Índice de Gini são calculados com base nos dados do Censo Demográfico de 2010. A esperança da renda é calculada de acordo com a equação:

$$E = z (1 - u) \quad (18)$$

onde (z) é a renda *per capita* ponderada pelo índice de custo de vida e (u) é a taxa de desemprego. Segundo Justo e Silveira Neto (2006) a variável clima em estudos de migração no Brasil ainda não era introduzida em modelos econométricos devido a variável temperatura ser pouca pronunciada em seus estados. No entanto, Graves (1999) sugere a necessidade de criação dessa variável que captassem as oscilações de temperaturas, destacando-se que os indivíduos tenderiam a não suportar grandes oscilações, mas poderiam preferir frio ou calor. A hipótese defendida seria que oscilações maiores na temperatura ocasionariam menor fluxo de migrantes ao destino desejado. Aceitou-se esta hipótese e foi incluída essa variável no modelo.

De acordo com as sugestões anteriores, serão utilizadas as seguintes variáveis que são incluídas na equação linear, expressa:

$$y_{it} = \alpha_i + X_{it} + \beta_t + n_{it} \gamma_t + \varepsilon_{it}, \quad (19)$$

Onde o subscrito i corresponde a uma observação da amostra do censo t, y representa a taxa líquida migratória, X corresponde a um vetor de variáveis com características municipais: renda per capita, escolaridade, índice de desenvolvimento humano municipal, taxa

⁴ Segundo Rocha, Magalhães (2013), conjunto de especificidades como clima, condições econômicas e sociais que oferece um lugar ou região como fatores aglomerativos ou dispersivos que tende a influenciar um indivíduo na decisão de migrar.

de urbanização, benefícios sociais de transferências do governo (em bilhões), PIB (em bilhões), variáveis de fatores aglomerativos e de controle (taxa de vítima no trânsito, taxa de homicídios e área); diferença de temperatura (amenidades), distância da capital e uma *dummy* para captar se o município é ou não capital; ε representa um termo estocástico e α e β correspondem a parâmetros a serem estimados. A estimação da equação para o ano censitário considerado na pesquisa permite comparar potenciais diferenças na migração ao longo do tempo. A estimação será levada a efeito para todo o universo de migrante a ser estudado na pesquisa.

5. RESULTADOS

5.1 As principais características do perfil do migrante e não migrante intermunicipal nordestino

Esta seção pretende-se apresentar os resultados obtidos para as principais características do perfil do migrante e não migrante intermunicipal para todos os estados do Nordeste como para esta região no período de 2005/2010.

Mostra-se na Tabela 2⁵ as principais evidências do perfil do migrante e não migrante intermunicipal para toda a região Nordeste. A primeira vista, os dados sugerem que em ambos os grupos o percentual de sexo feminino se mantém superior ao masculino, haja vista que a idade dos migrantes na média é de 33,27 anos enquanto que a dos não migrantes é de 36,72 anos.

Para o conjunto Nordeste, no que diz respeito ao perfil da raça, pardos e brancos são os que se apresentam em maiores participações, respectivamente, 52,80% e 34,74% para migrantes; 59,40% e 28,54% não migrantes.

Constata-se também, uma similaridade entre o perfil do migrante e não migrante intermunicipal nordestino com os demais estados quando atribui-se a leitura, ou seja, 6,87% do total de migrantes não sabem ler em comparação com 16,98% dos não migrantes nessa mesma situação. Quando observa os níveis de escolaridade presencia-se um comportamento de mesma magnitude na faixa entre o nível médio completo e superior incompleto com 37,46%, sem instrução e fundamental incompleto 32,53%, focalizando o migrante. Ao focalizar o não migrante, observa-se que o nível de escolaridade permanecem em maiores percentuais com 51,31% para os sem instrução e fundamental incompleto, 26,28% para o médio completo e superior incompleto.

Os dados sugerem para estado civil do migrante e não migrante nordestino um comportamento padrão entre solteiros e casados em paralelo com os demais estados, onde se pode verificar maiores participações de solteiros. Verifica-se uma elevação para 73,02% para a condição de migrante e se trabalhava em comparação com demais estados, esse efeito, também, pode ser visto para os que não migram com 60,57% nesta condição. Quanto a atividade, o comércio é o ramo de maior absorção com 20,62% para os que migram, mas para os que permanecem a agricultura lidera com 29,37% acompanhado com o comércio 20,34%.

Os dados apontam que 92,65% do total de migrantes nordestinos permaneceram oriundos de domicílios urbanos, esse valor passa para 74,55% para os que permaneceram na condição de não migrante. Há predominância de filhos, embora em magnitudes menores e similares aos demais estados, possivelmente pode estar correlacionado com a liderança no número de solteiros.

⁵ Por falta de espaço não serão apresentados as tabelas com o perfil do migrante e não migrante para cada um dos estados. Os autores podem disponibilizar.

Presencia-se quanto ao tipo de trabalho do migrante que 46,80% são empregos caracterizados com carteira de trabalho assinada e com uma renda total média de R\$ 1.090,78. Para os não migrantes esse quadro é de 44,86% de empregos com tipo de registros de carteira, mas com uma renda média próxima R\$ 627,66, corroborando-se com a dos demais estados.

Encontram-se presentes significantes participações de aposentados e beneficiários de programas de transferências de renda do governo tanto entre migrantes quanto não migrantes.

Portanto, percebe-se que o migrante intermunicipal nordestino se mantém com 88,97% ocupados, enquanto a posição na ocupação é de 46,21% de empregos de carteira assinada, enquanto o não migrante apresenta-se mais ocupado com 89,76%, mas com posições no emprego de 43,68% com registros de carteira de trabalho.

Tabela 2 - Perfil do migrante e não migrante intermunicipal da região Nordeste 2005/2010

Variáveis		Migrante (%)	Não Migrante (%)
Sexo	Masculino	47,18	47,13
	Feminino	52,82	52,87
Idade		*33,27	*36,79
Raça	Branca	34,73	30,24
	Preta	10,51	11,61
	Amarela	1,58	1,27
	Parda	52,80	56,53
	Indígena	0,36	0,32
Sabe ler	Sim	93,13	89,26
	Não	6,87	16,98
Escolaridade	Sem instrução e fundamental incompleto	32,53	40,91
	Fundamental completo e médio incompleto	16,72	17,04
	Médio completo e superior incompleto	37,46	32,80
	Superior completo	12,85	8,81
	Não determinado	0,44	0,44
Est. Civil	Casado (a)	33,96	36,65
	Desquitado (a) ou separado (a) judicialmente	1,66	1,60
	Divorciado	3,56	3,06
	Viúvo	1,94	2,75
Trabalhava	Solteiro	58,88	55,95
	Sim	73,02	60,53
	Não	26,98	39,47
Atividade	Agricultura	5,02	22,30
	Comércio	19,36	15,44
	Construção	8,89	7,87
Situação do domicílio	Indústria de transformação	10,64	8,68
	Urbano	92,65	89,73
	Rural	7,35	10,27

		Continuação	
Filhos	Sim	35,95	40,92
	Não	60,05	59,08
Tipo trabalho	Emprego com carteira assinada	46,80	44,86
	Militar do exército, marinha aeronáutica, políc.		
	Militar ou copo de bombeiros	1,08	0,70
	Empregado pelo regime jurídico dos func.		
	Públicos	5,82	5,08
	Empregado sem carteira assinada	25,18	24,09
	Conta própria	18,27	22,44
	Empregador	1,87	1,73
	Não Remunerado	0,98	1,10
	Sim, no trabalho principal	15,78	16,33
Previdência	Sim, em outro trabalho	0,34	0,23
	Não	83,89	83,44
Total renda		*1090,76	*838,32
Horas		*40,50	39,69
Aposentado	Sim	6,04	9,49
	Não	93,96	90,51
Transferências de programas sociais	Sim	3,72	2,01
	Não	96,28	97,99
Ocupação	Ocupadas	88,97	89,76
	Desocupadas	11,03	10,24
	Empregados com carteira de trab. Assinada	46,21	43,68
	Militares e funcionários públicos estatutários	6,81	5,63
	Empregados sem carteira de trab. Assinada	24,87	23,46
Posição da ocupação	Conta própria	18,04	21,85
	Empregadores	1,85	1,68
	Não remunerados	0,96	1,07
	Trabalhadores na Produção para o próprio consumo	1,26	2,62

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Microdados do Censo Demográfico de 2010.

* Não assumem valores em percentuais

6.2 Os fluxos migratórios intermunicipais

Estudos sobre a dinâmica populacional a níveis de agregação menores como o município ainda é incipiente, mas evidências empíricas nessa linha podem ser encontrados em estudos como Da Mata (2007), Justo *et al* (2010) e Ramalho (2006), sugerindo um novo redirecionamento dos fluxos migratórios nessa perspectiva em detrimento dos níveis de agregação maiores visto na literatura nacional. Nesse sentido, esse capítulo tem como objetivo mostrar a mensuração dos fluxos dos migrantes intermunicipais dentro da região Nordeste.

A Tabela 3 expressa a distribuição espacial dos municípios por estado com pelo menos 50 mil habitantes na região. A princípio, com este perfil, a Bahia é o estado que concentra o maior número de municípios com 25% do total, seguidos de Pernambuco e Ceará, respectivamente, 20% e 19%. Pelo outro extremo, se encontra o Piauí apresentando apenas 3% dos municípios.

Tabela 3- Distribuição das cidades com pelo menos 50 mil habitantes ou + no Nordeste 2005/2010

UF	Nº de Cidades	%
AL	9	5
BA	43	25
CE	33	19
MA	22	13
PB	10	6
PE	35	20
PI	5	3
RN	8	5
SE	6	4
TOTAL	171	100

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Como sugere Justo, Lima e Martins (2010) tanto para os saldos migratórios quanto para as taxas líquidas de migração prefere-se mostrar apenas os extremos com a finalidade de facilitar a apresentação dos 171 municípios, apresentando-se apenas os 10 municípios com as maiores e menores saldo líquido migratório e taxa líquida de migração.

A tabela 4 traz os 10 municípios com os maiores saldos líquidos migratórios intermunicipais no período 2005-2010. O município com maior saldo líquido migratório é Recife e o menor desta relação é Morada Nova. Entre estes 7 são capitais. A lista é completada com Juazeiro do Norte.

Tabela 4 – Relação dos 10 maiores saldos migratórios dos municípios do Nordeste 2005/2010

UF	Municípios	Saldo Líquido Migratório
PE	Recife	46705
BA	Salvador	32110
RN	Natal	29458
CE	Fortaleza	14979
MA	São Luís	11076
CE	Juazeiro do Norte	9176
SE	Aracajú	6330
PE	Olinda	4643
AL	Maceió	4087
CE	Morada Nova	3291

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010.

A tabela 5 traz a relação dos dez municípios com menores saldos líquidos da migração intermunicipal no nordeste brasileiro. Estes municípios apresentaram saldos negativos, ou seja, perderam habitantes em virtude para este tipo de migração. Destaca-se que todos são municípios situados em regiões metropolitanas.

Tabela 5 – Relação dos 10 maiores saldos negativos migratórios dos municípios do Nordeste 2005/2010

UF	Municípios	Saldo Líquido Migratório
RN	Parnamirim	-24179
PE	Jaboatão dos Guararapes	-19629
BA	Camaçari	-17515
CE	Caucaia	-15469
BA	Lauro de Freitas	-14599
MA	São José do Ribamar	-13661
PE	Paulista	-12844
SE	Nossa Senhora do Socorro	-11696
RN	São Gonçalo do Amarante	-7751
MA	Paço do Lumiar	-7413

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010.

A tabela 6 traz os dez municípios com as maiores taxas líquidas da migração intermunicipal na região Nordeste. O destaque é Morada Nova no Ceará com taxa de mais de 5%. Diferentemente do que ocorre quando se analisa o saldo ao invés da taxa, aqui apenas Natal e Recife estão nesta relação. Os demais mais distantes das capitais dos seus respectivos estados. Percebe-se, contudo que entre Morada Nova e Campo Formoso, respectivamente a maior e a menor valor na tabela a diferença é de mais que o dobro apontando que a dispersão do fluxo migratório intermunicipal relativo é muito grande.

Tabela 6 - Relação dos 10 municípios com maiores taxas líquidas positivas de migração 2005/2010

UF	Municípios	Taxa Líquida Migratória (%)
CE	Morada Nova	5,30
BA	Irecê	3,74
CE	Juazeiro do Norte	3,67
RN	Natal	3,67
MA	Santa Luzia	3,46
PE	Palmares	3,38
PE	Timbaúba	3,23
PE	Recife	3,04
BA	Senhor do Bonfim	2,75
BA	Campo Formoso	2,42

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010.

Já na tabela 7 tem-se a relação dos dez municípios com as menores taxas líquidas migratórias. Neste caso, todos apresentam taxa negativas. Ou seja, há perda de população em virtude deste tipo de migração. Aqui, também se percebe uma grande dispersão. Entre os municípios que fazem parte do recorte populacional o destaque é o município de Parnamirim no Rio Grande do Norte com taxa de 11,94%. Destaca-se que desses municípios o único que não é região metropolitana é o município baiano Luís Eduardo Magalhães.

Tabela 7 - Relação dos 10 municípios com maiores taxas líquidas negativas de migração 2005/2010

UF	Municípios	Taxa Líquida Migratória (%)
RN	Parnamirim	-11,94
PB	Cabedelo	-10,30
BA	Lauro de Freitas	-8,93
RN	São Gonçalo do Amarante	-8,84
BA	Luís Eduardo Magalhães	-8,60
CE	Horizonte	-8,47
MA	São José de Ribamar	-8,38
SE	Nossa Senhora do Socorro	-7,27
BA	Camaçari	-7,21
MA	Paço do Lumiar	-7,05

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos microdados do Censo Demográfico de 2010.

6.3 Os determinantes do salário

Esta seção tem como objetivo mostrar os resultados obtidos nos determinantes do salário intermunicipal na região Nordeste de forma individualizada. Na análise, utiliza-se de uma regressão linear logatimizada onde capta os principais determinantes, tendo como variável dependente $\ln(\text{Salh})$ (salário hora), sendo a renda real, corrigido pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor-INPC relativa a janeiro de 2015. Como variáveis explicativas um conjunto de variáveis *dummy* de características pessoais e as *dummy* de cada estado relativas aos municípios e uma *dummy* de migração para verificar o efeito da migração no salário hora.

A Tabela 8 especifica os resultados do modelo estimado de acordo a equação minceriana ampliada. Os dados sugerem que todos os coeficientes são significantes aos padrões aceitáveis. Observa-se de uma forma geral que apenas quatro variáveis apresentaram coeficientes negativos (destcivil, dagric, dind, dmigra) enquanto as demais tem um efeito parcialmente positivo em relação ao Salário Hora, considerando a condição “*coeteris paribus*”. De uma forma específica, observa-se que a idade tem uma relação positiva com o LnSalh, ou seja, um ano a mais na idade eleva em aproximadamente 1,88% no salário hora do indivíduo.

No que se refere à raça, observa-se que os indivíduos brancos têm uma diferença positiva no salário hora de aproximadamente 11,14% em relação às demais categorias. Já em relação ao estado civil, os resultados apontam que os indivíduos solteiros apresentam uma diferença negativa no salário hora 14% em relação às demais categorias. Os resultados em acordo com trabalhos como Justo e Silveira Neto (2006) apontam que os homens apresentam um diferencial positivo no salário hora em relação às mulheres. Contudo, aqui a magnitude desta diferença é de aproximadamente 6,57%, bem menor do que no referido trabalho citado.

Analisando outro determinante salarial importante apontado na literatura, observa-se que possuir pelo menos diploma de nível superior faz com que o indivíduo tenha um acréscimo de aproximadamente 114,5% em relação a quem não tem.

No que tange aos indivíduos com carteira de trabalho assinada apresentam em média um diferencial positivo no salário hora de aproximadamente 26,63% em relação aos que trabalham na informalidade. Já pelo fato do trabalhador residir na área urbana o diferencial é de aproximadamente 8,3% quando comparado aos trabalhadores da área rural. Este resultado está de acordo com a literatura, embora aqui a magnitude seja bem menor.

Tabela 8 – Os determinantes do salário hora intermunicipais no Nordeste 2005/2010

Lnsalh	Coef.	Std. Err.	T	P>t
_cons	2,273256	0,0050446	450,63	0,000
Idade	0,0188174	0,0000562	334,71	0,000
Draca	0,1113851	0,0014245	78,19	0,000
Destcivil	-0,1399709	0,0014106	-99,23	0,000
Dsexo	0,0657181	0,0013281	49,48	0,000
Descol	1,114956	0,0025631	435,00	0,000
Dcarteira	0,2663153	0,001315	202,53	0,000
Durb	0,083252	0,0016985	49,02	0,000
Dagric	-0,4901736	0,0019179	-255,58	0,000
Dind	-0,1196808	0,0021587	-55,44	0,000
Dmigra	-0,1746255	0,0041017	-42,57	0,000
dPB	0,1252491	0,003923	31,93	0,000
dPE	0,1476107	0,0023191	63,65	0,000
dPI	0,1622912	0,0052798	30,74	0,000
dRN	0,2050577	0,0039658	51,71	0,000
dSE	0,1990043	0,0050644	39,29	0,000
dMA	0,2043194	0,0032361	63,14	0,000
dAL	0,1557365	0,0045751	34,04	0,000
dBA	0,2109361	0,0020716	101,82	0,000

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Microdados do Censo Demográfico de 2010.

Obs: Foram consideradas como referências para cada categoria as seguintes variáveis: Ce, preta, amarela, parda, indígena, feminino, casado, sem carteira, rural, comércio, construção, escolaridade não superior.

Observa-se que aqueles trabalhadores que estão empregados na agropecuária apresentam um diferencial negativo no salário hora de aproximadamente 49% em relação àqueles empregados no comércio e serviços. O mesmo ocorre com os trabalhadores da indústria. Embora o diferencial negativo destes seja de aproximadamente 12%. Isto pode ser

em função do processo de desindustrialização que vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos. Particularmente neste caso, pode ser que as indústrias que se instalaram no nordeste nos últimos anos em virtude dos incentivos fiscais sejam intensivas em mão de obra de baixa qualificação e com boa parte recebendo um salário mínimo. Quando se compara o salário médio do migrante em relação aos não migrantes, observa-se que os migrantes apresentam um diferencial positivo no salário hora de aproximadamente 17,5%. Embora este resultado esteja em acordo com trabalhos como Justo (2010), mas aqui a magnitude é maior. Isto é, quando se analisa este efeito com dados da migração intermunicipal no Nordeste este patamar se eleva.

Analisando os coeficientes das variáveis *dummies* estaduais observa-se que todos apresentam sinais positivos. Isto os trabalhadores nordestinos apresentam em média um diferencial positivo no salário hora em relação aos trabalhadores cearenses que é a categoria de referência. O maior diferencial é favorável aos baianos sendo a diferença de aproximadamente 21%, e o menor é favorável aos paraibanos com diferença de aproximadamente 12,5%.

6.4 Os determinantes da migração intermunicipal: evidências econométricas

Esta seção tem como objetivo mostrar as evidências econométricas sobre os determinantes da migração intermunicipal no nordeste para os 171 municípios especificados no trabalho.

A tabela 9 mostra os resultados da estimação para os determinantes da migração intermunicipal tendo como variável dependente a taxa líquida migratória dos municípios de acordo com a equação linear minceriana. Em uma análise mais geral observa-se que o modelo apresenta que a maior parte das variáveis explicativas é significativa aos padrões aceitáveis, exceto para os coeficientes das variáveis: escolaridade e taxa urbanização. O resultado do teste do F global indica que todas as variáveis conjuntas são importantes para explicar o modelo. No que se refere ao ajuste do modelo aproximadamente 35,3% em média da taxa líquida migratória, está sendo explicada pelo conjunto dos regressores.

De forma específica e utilizando a condição *Coeteris paribus* ao analisar separadamente cada variável, pode-se observar que o coeficiente da renda per capita é significativo a 5% e o sinal deste coeficiente é positivo. Ou seja, em acordo com o esperado, há uma relação direta da renda per capita e a taxa líquida migratória. Ou seja, em acordo com a teoria, os indivíduos decidem migrar para locais onde a renda esperada é mais elevada. Dito de outra forma os diferenciais de renda impactam de forma positiva na migração. Já quando se observa a escolaridade, não se pode inferir nada a respeito sobre a taxa líquida de migração, pois o coeficiente desta variável não é significativo.

Quando se analisa o coeficiente do IDHM, tem-se que este é significativo e negativo. Este resultado é inesperado, contudo, pode ser em virtude de que haja entre os municípios analisados uma distribuição desigual do desenvolvimento dentro de cada município e, como os migrantes em geral têm maior nível de escolaridade e renda, pode ser que a sua avaliação do desenvolvimento não considere todo o município, mas apenas onde possivelmente possa habitar, até mesmo pela assimetria de informação. Como o coeficiente da variável taxa de urbanização não foi significativo, a rigor, nada se pode dizer sobre o efeito desta variável na variável dependente.

Um resultado importante é a significância e o sinal positivo da variável transferência de renda. Isto significa que os programas de transferências de renda têm contribuído de forma positiva na migração intermunicipal. Com isto, pode-se inferir que possíveis restrições orçamentárias que limitam a decisão de migração são atenuadas com estas políticas. A significância e o sinal negativo da variável PIB indicam que a preferência do migrante vai no sentido inverso do tamanho da economia local. Contudo, ressalta-se que no universo

pesquisado têm-se apenas municípios com pelo menos 50 mil habitantes. Outra questão relevante é que entre os municípios com maiores taxas líquidas estão nas regiões metropolitanas dos estados. Pode ser que os indivíduos prefiram estes municípios para residir embora possam trabalhar nas capitais.

Embora o coeficiente da taxa de urbanização não tenha sido significativo, mas outros controles que apreendem efeitos aglomerativos apresentaram os efeitos esperados. Isto é, o coeficiente da variável taxa de vítima no trânsito foi significativo e positivo, Assim, municípios onde há maior aglomeração são preferidos pelos migrantes. Contudo, a violência desestimula a migração. Ou seja, quanto maior a taxa de criminalidade do município, menor é a taxa líquida migratória.

Em acordo com a literatura internacional e em desacordo com trabalhos como Justo (2006) a variável para captar efeitos de amenidades locais apresentou coeficiente significativo e negativo. Ou seja, quanto maior a variação de temperatura menor a migração. Isto significa que os indivíduos têm preferência por municípios onde a temperatura seja mais estável. Este resultado é importante porque enfatiza a necessidade de análise da migração em nível municipal, ao contrário do trabalho de Justo (2006) que analisou a migração interestadual.

A significância e o sinal negativo da variável distância da capital indicam que a grande maioria da migração intermunicipal no nordeste ainda se dá para municípios mais próximos das capitais. Ou seja, embora haja casos isolados de municípios com altas taxas de migração localizadas distantes das capitais, em média a maior concentração da migração se dá ou na capital ou em municípios próximos, o que é corroborado com a significância e sinal positivo da variável *dummy* capital.

Tabela 9 - Resultados da Estimação: os determinantes da migração intermunicipal no Nordeste 2005/2010

Txliqm	Coef.	Std. Err.	t	P>t
Constante	15,49504	4,919784	3,15	0,002*
Rdpc	0,0030784	0,0010505	2,76	0,028**
Escol	0,4756025	0,4017781	1,18	0,238
Idhm	-25,99364	13,94556	-1,86	0,064***
Txurb	0,0128117	0,0264906	0,48	0,629
Beneficios	3,37e-07	1,16e-07	2,92	0,004*
Pib	-7,94e-07	3,16e-07	-2,51	0,013**
Txvitrans	0,0176143	0,011459	1,81	0,093***
Txhom	-0,2603012	0,1000768	-2,60	0,010**
Diftemp	-0,2506963	0,0993338	-2,52	0,013**
Area	-0,250666	0,0993245	2,52	0,013**
Discapital	-0,0026832	0,0009989	-2,69	0,008*
Dcapital	4,450527	1,963433	2,27	0,025**

Número de Observações = 171

Prob> F = 0,0000

R² = 0,3529

* indica a significância a 1%, ** a 5% e *** a 10%

7. CONCLUSÕES

Este trabalho buscou investigar os principais determinantes dos fluxos migratórios intermunicipais no Nordeste brasileiro no período de 2005 a 2010, utilizando como base os microdados do Censo Demográfico de 2010. Trabalhou-se a migração em uma unidade federativa menor, o município, embora a literatura nacional esteja mais focada às evidências em agregados maiores como a migração entre regiões e estados. Desta forma, este trabalho diferencia-se de outros trabalhos que também analisam a migração intermunicipal por focar na região Nordeste ao analisar o seu perfil, o fluxo intermunicipal e seus determinantes para um universo de 171 municípios com população de pelo menos cinquenta mil habitantes.

Primeiro, a pesquisa se propôs a investigar e comparar o perfil socioeconômico do migrante e não migrante. As evidências sugeridas para todo o conjunto dos municípios indicam que os migrantes sejam majoritariamente: do sexo feminino, com idade em média de 33 anos, pardo, com exceção para os paraibanos que na maioria são brancos, sabem ler e com níveis de escolaridades situados na faixa do fundamental incompleto e médio completo, solteiro, possuem presença de filhos, são oriundos do meio urbano. Já quanto a atividade ocupada se concentra no comércio, empregados com carteira, possuem um renda média superior ao não migrante. Já para os não migrantes esse perfil se repete, exceto, para a idade que é em média próxima do 37 anos, quanto a escolaridade, verifica-se uma maiores quantidades nos sem instrução e fundamental incompleto, maiores volumes em atividades relacionadas a agricultura e com uma renda média muito inferior aos migrantes.

Na mensuração dos fluxos migratórios intermunicipais observou-se que entre os dez municípios com maior taxa líquida positiva destaca-se Morada Nova no Ceará. No sentido oposto, ou seja, entre os municípios com maiores taxas líquidas negativas destacou-se Paranamirim no Rio Grande do Norte.

Atendendo outro objetivo do trabalho, estimou-se uma equação minceriana ampliada. Os resultados apontaram a importância de atributos pessoais como idade, raça, sexo na determinação do salário. Características do mercado de trabalho também se mostraram importante na explicação do salário tais como: possuir carteira assinada. Encontrou-se, também, que o migrante apresenta um diferencial positivo do salário comparado ao não migrante. Outro resultado importante é que todos os estados apresentaram um diferencial positivo de salário quando comparado aos cearenses, sendo o maior diferencial favorável, aos baianos e o menor, aos paraibanos.

Quanto aos resultados alcançados pela estimação dos determinantes da migração sobre o efeito dos fluxos na taxa líquida migratória para os 171 municípios as evidências indicaram que os indivíduos tendem a migrar para municípios onde a renda esperada é mais elevada e que esses rendimentos impactam de forma positiva na migração. Um resultado importante alinhado à literatura internacional da migração é que se observaram efeitos das amenidades locais na migração entre os municípios analisados. Também se verificou que os fluxos ocorrem entre e para os municípios que fazem parte de regiões metropolitanas, embora se observem casos isolados de municípios de taxas elevadas de migração mesmo distantes de suas capitais.

Apesar da contribuição desse trabalho na literatura na migração intermunicipal observaram-se potenciais evidências desses fluxos na região para este nível de agregação populacional, no entanto, sente-se a necessidade de outros estudos com a inclusão de mais variáveis que explore de forma consistente esse fenômeno. Contribuições posteriores se dar no sentido de identificar, por exemplo, o impacto da migração na economia dos municípios analisados.

REFERÊNCIAS

- ANTICO, Cláudia. Por que migrar? In: Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993/Neide Patarra et.al., org. – Campinas, SP:UNICAMP. IE, 1997.
- ANTOLIN, Pablo and BOVER, Olimpia. **Regional migration in Spain: the effect of personal characteristics and of underemployment wage and house price differential using pooled cross-section.** *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, Blackwell Publishing, v. 59(2), pp. 215-235, 1997.
- BAENINGER, Rosana. Migração, migrações. **Idéias**, Campinas (SP), n. 2, , nova série, 1º semestre, p. 32-41, 2011.

- BAENINGER, R. A; PERES, R. G. Metr opolis Brasileiras No Século 21: Evidências Do Censo Demográfico De 2010. **Informe Gepec**, Toledo, v. 15, número especial, p. 634-648, 2011.
- BRAGA, F. G. **Conexões territoriais e redes migratórias**: uma análise dos novos padrões da migra o interna e internacional no Brasil. 2011, p. 117 (Tese de Doutorado) - Faculdade de Ciências Econ micas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2011.
- BRASIL. Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. – Brasília: MP, 2011, 278p.
- CANÇADO, Raquel Pittella. **Migra es e convergência no Brasil: 1960-91**. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, abr/jun, p.211-236, 1999.
- CANO, Wilson. **Desconcentra o produtiva regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p.294.
- DA MATA, D; OLIVEIRA, C. W. A; PIN, C. *et al* : Quais características das cidades determinam a atra o de migrantes qualificados? **Ipea**. Brasília, 2007. Texto para discussão n . 1305, setembro, 2007.
- DANTAS, A. R. M. **Migra o e seletividade na região nordeste**: um estudo a partir dos dados do censo demográfico de 2010 - 2013, p.73 – (Diserta o de Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Estudos de Ciências Humanas, Letras e Artes. Natal, 2013.
- FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. A região nordeste. **Brasil Escola**. Disponível em:< <http://www.brasile scola.com/brasil/a-regiao-nordeste.htm>>. Acesso em: janeiro de 2014.
- GASPAR, L cia. *O Nordeste do Brasil*. **Pesquisa Escolar Online**, Funda o Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 4 ago. 2014.
- GOLGHER, André Braz. Diagnóstico do processo migratório no Brasil 4: migra o entre municípios. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006. 76p.
- GRAVES, P.E. **Migration with a composite amenity**: the role of rents. *Journal of Regional Science*, vol. 23, n.4, pp. 541-546, 1983.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro, abril de 2012. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000847310412201231727483985.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2014.
- JUSTO, Wellington Ribeiro. **Migra o inter-regional no Brasil**: determinantes e perfil do migrante brasileiro no período 1980-2000. UFPE, Tese de Doutorado em Economia pelo PIMES, 2006.
- JUSTO, W. R. Migra o e Teoria Econ mica Neoclássica. **Revista Economia em Debate**, Universidade Regional do Cariri – URCA, v.02, n. 02, p. 5-30, 2008.
- JUSTO, Wellington Ribeiro, SILVEIRA NETO, Raul da. Migra o inter-regional no Brasil: Evidências a partir de um modelo espacial. **Revista Economia (ANPEC)**, Brasília, v.7,pp. 163-187, 2006.
- _____. Migra o e Sele o: evidências para o Brasil. In: V ENABER – Encontro Nacional da Associa o Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2007, Recife. **Anais**, 2007.
- JUSTO, W. R; FERREIRA, R. de A; LIMA C. F de; *et al*. Os determinantes da migra o e da migra o de retorno intermunicipal no Brasil. **Anpec**, 2010
- _____. Migra o Intermunicipal no Brasil: A Dinâmica dos Fluxos Migratórios Intermunicipais. **Revista Economia e Desenvolvimento**, n  21, 2009, p. 109-129.
- LOCHER, Birgit. Internationale Normen und regionaler Policy-Wandel: Frauenhandel in der Europ ischen Union, **WeltTrends**,n.36, pp. 59-79, 2002.

- MAGALHÃES, André, HEWINGS, Geoffrey J.D., and AZZONI, Carlos R. **Spatial dependence and regional convergence in Brazil**. University of Illinois: *Real Discussion Paper T-11*, 2000.
- MARTINE, G; ALVES, J. E. D. Dinâmica demográfica e sua relevância econômica e social no Brasil: implicações para o programa, UNFPA 2011-2015, p. 45, 18 fevereiro, 2011.
- MENEZES, M. A. de. Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos. In: **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. (Org.) TEIXEIRA, P. E; BRAGA, A. M. da C.; BAENINGER, Rosana. Ed: Cultura Acadêmica, Marília, 2012, p. 367.
- MINCER, J. Family migrations decisions. *Journal of Political Economy*, v. 86, n.5, pp.749-773, 1978.
- PACHECO, C. A.; PATARRA, Neide. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980- 1993/Neide Patarra et.al, org. – Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1997.
- QUEIROZ, S. N. de; SANTOS, J. M. dos. Principais alterações nos saldos migratórios brasileiros: uma análise por estados e regiões (1986-2006). **BNB**, v.42, n.02, p.310-332, abril – junho, 2011.
- RAMALHO, H. M. B. Migração Interna no Nordeste Brasileiro: caracterização e determinantes. In: **Fórum BNB de Desenvolvimento**. XI Encontro Regional de Economia, 2006, Fortaleza.
- ROCHA, R. M.; MAGALHÃES, A. Valoração das amenidades urbanas: uma estimação a partir dos diferenciais salariais e do custo de habitação para as regiões metropolitanas brasileiras. **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 69-98, jan-abr/2013.
- SAMPAIO, Daniel Pereira. Contribuições de Paul Singer para o entendimento da “questão urbana” no Brasil. In: Leituras de Economia Política, Campinas, (19), p. 51-67, dez. 2011.
- SILVEIRA NETO, Raul da Mota, MAGALHÃES, André Matos. O progresso econômico do Migrante em São Paulo: Evidências a partir dos censos demográficos de 1991 e 2000. In: **III ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS REGIONAIS**. Belo Horizonte, **Anais**. 2004.